Aproximações entre periferização, economia urbana e relações raciais no território da Zona Leste de São Paulo

DOI: 10.54446/bcg.v13i2.3016

Luiz Felipe dos Anjos [1]

Resumo

O presente artigo tem o propósito de estudar as dinâmicas do circuito inferior da economia urbana a partir da teoria miltoniana de economia espacial pelo entendimento da complementaridade entre os dois circuitos que definem a totalidade da cidade na relação centro-periferia. Ademais, observam-se as expressões espaciais das relações raciais no município de São Paulo com base em uma perspectiva descolonial em paralelo à compreensão dos usos do território marcados por uma urbanização fundamentada em uma modernização tecnológica, e em uma segregação social, econômica e geográfica, engendrando uma falta de acesso ao emprego e urbanidade. Portanto, analisam-se os nexos territoriais entre pobreza urbana, periferização e relações raciais a partir de um olhar com enfoque na Zona Leste paulistana.

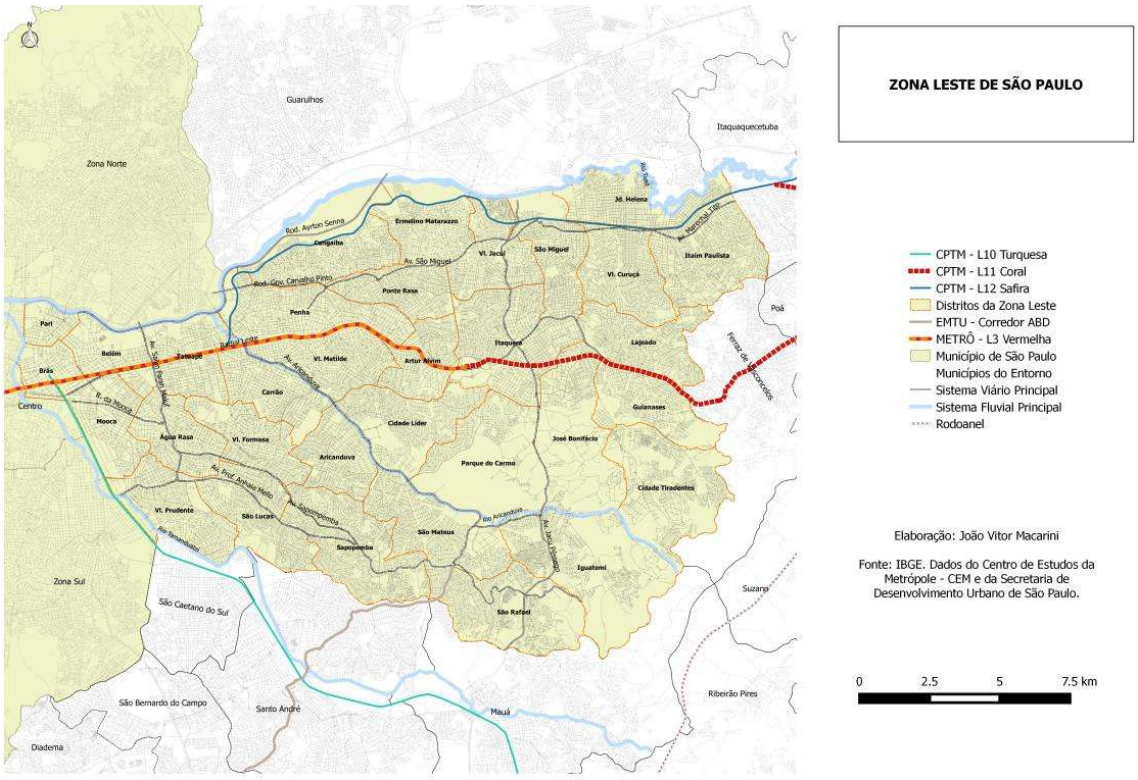
PALAVRAS-CHAVE: Zona Leste de São Paulo, circuito inferior, expressões espaciais das relações raciais, periferização, colonialidade.

1 Graduação em Ciências e Humanidades e bacharelado em Planejamento Territorial pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: anjossluiz@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-9254-6120.

Introdução

A Zona Leste é uma região de grande relevância no contexto urbano da metrópole paulistana. Como lembra Held (2016, p. 79), a região concentra cerca de quatro milhões de habitantes, em uma área de 326,8 quilômetros quadrados, sendo a mais populosa da cidade. Para fins ilustrativos, a população absoluta da Zona Leste é maior que praticamente todos os municípios brasileiros à exceção de São Paulo e Rio de Janeiro.

Mapa 1. Zona Leste de São Paulo.



Fonte: Held, 2016, p. 80.

A Zona Leste paulistana é marcada pela periferização (HELD, 2016, p. 89), que reflete uma modernização que seleciona os espaços com favorabilidade para a criação e recriação de atividades ligadas ao "capital intensivo". A relação centro-periferia trata das dinâmicas socioespaciais entre localidades que sofrem uma relação de subjugação: as centrais se sobrepõem às periféricas. Entretanto, tal estratificação urbana cria uma hierarquia forte que funciona para além do urbano, atingindo também o espectro social (CASTELLS, 1983, p. 210). E, com efeito, o lado social está em consonância com as questões econômicas expressas em barreiras de acessibilidade no espaço urbano (SANTOS, 2007, p. 112).

A totalidade da cidade não é baseada em dinâmicas que permeiam apenas os circuitos econômicos marcados pela modernização, mas também atividades ligadas à sobrevivência dos pobres urbanos (ARROYO, 2017; MONTENEGRO, 2013, p. 47–48). A economia urbana de São Paulo expressa a relação de complementaridade e subordinação entre os dois circuitos da economia urbana. Ao teorizar sobre esses

circuitos, Milton Santos (2004, 2008a, 2013) aponta que eles são compostos de atividades e agentes com diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia. A modernização seletiva e incompleta que marca as cidades dos territórios subdesenvolvidos produz essa dinâmica de uma predominância do circuito inferior da economia urbana, em especial nas regiões marcadas pela periferização. Milton Santos (2008a, p. 109) afirma que

> a evolução da maioria das cidades em países subdesenvolvidos em direção à condição de terciário deve, portanto, ser explicada através do modelo de crescimento econômico baseado nas recentes inovações tecnológicas. A acumulação de atividades modernas num só ponto ou numa só região de um país limita, reduz ou elimina as possibilidades de atividades modernas em outras aglomerações.

Para Milton Santos (2008a, p. 99), os circuitos da economia urbana não possuem uma separação rígida, mesmo tendo como base dois aspectos principais: o conjunto das atividades num dado contexto e, em segundo lugar, o setor populacional essencialmente ligado a ele para trabalhar e para consumir. As atividades econômicas muitas vezes articulam dinâmicas de ambos os circuitos:

> assim como, no conjunto de um país, a oposição, mesmo o antagonismo, de situações de desenvolvimento é o produto de uma só e mesma articulação causal, a existência de dois circuitos na economia das cidades é o resultado do mesmo grupo de fatores, que, para simplificar, denominaremos *modernização tecnológica*. (SANTOS, 2008a, p. 94, grifo do autor)

A economia popular caracterizada pelo circuito inferior das periferias é uma forma de se obter os bens necessários para a manutenção da vida dos indivíduos, visto que o circuito superior repele estes para a franja da cidade por ser baseado na concentração geográfica e econômica (SANTOS, 2008a, p. 105): os agentes das atividades pouco capitalizadas preferem instalar-se nos centros, contudo as localidades centrais detêm um custo alto de mantimento em relação às "centralidades periféricas" (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004). Com efeito, o perfil de alta densidade demográfica destas áreas auxilia as pequenas economias a garantir sua existência. Pois, segundo Montenegro (2013, p. 46), estes distritos mais populosos representam um volumoso mercado e de menor renda per capita.

À vista disso, a franja da cidade carrega consigo uma caricatura do inóspito, do inabitável, do lugar da ausência de cidadania, pois Milton Santos (2007, p. 63) afirma que "como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos". Ainda para este autor, "a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está" (SANTOS, 2007, p. 107). Milton Santos (2007, p. 143) lembra, assim, que ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, junta-

se o empobrecimento pela má organização do território pelo poder político" - que acarreta falta de acesso aos bens e serviços mínimos para a garantia da cidadania. Daí sua consideração de que "morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza". À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo territorial.

Em suma, a emergência de uma economia popular com grande importância, sobretudo nos espaços periféricos, pode ser interpretada a partir dos circuitos da economia urbana. Milton Santos (2008a, p. 100–104) aponta o circuito superior como resultado direto da modernização, com atividades que servem ao progresso tecnológico, marcado por altas cargas de tecnologia, capital e organização. Do outro lado, o circuito inferior da economia urbana é um resultado indireto, correspondendo àqueles que se beneficiam muito parcialmente do progresso tecnológico; este seria caracterizado por cargas reduzidas de tecnologia, capital e organização. Ambos configuram, de forma complementar, a economia urbana nos países subdesenvolvidos - com grande importância desse circuito inferior nas atividades ligadas à sobrevivência e ao trabalho encontradas em áreas periféricas mais densas (SANTOS et alli, 2000). Segundo Montenegro (2013, p. 46–47):

> Nas grandes cidades, as pequenas atividades pouco capitalizadas concentram-se, de forma mais densa, não apenas em seus centros históricos, mas igualmente em seus bairros periféricos mais populosos. Nesses bairros, também se encontra reunida uma grande diversidade de pequenos negócios e de atividades variadas da economia popular. [...] Nos bairros periféricos dessas metrópoles, as atividades do circuito inferior se realizam em pequenos estabelecimentos, nas calçadas e, em muitos casos, nas próprias residências dos moradores. Alguns pequenos negócios localizam-se nas principais centralidades dos bairros, como as vias de maior movimento, onde o valor do solo é certamente mais elevado que nas vias menos movimentadas.

Portanto, é possível verificar a presença do circuito inferior da Zona Leste por três razões: (1) pouca ou nula concentração de atividades ligadas ao setor informacional ou financeiro, determinando um espaço opaco da globalização (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 264); (2) configuração, em sua maior parte, de uma economia popular não baseada no paradigma da economia mundial, com vistas à acumulação de capital e desenvolvimento extraterritorial (SANTOS, 2004, p. 48), e sim em uma perspectiva de sobrevivência (MONTENEGRO, 2013, p. 39); e (3) a empregabilidade é baixa, especialmente no sentido da remuneração (SANTOS, 2004, p. 45).

Assim, tais proposições se alinham com a dimensão de uma periferia racializada por fatores de conjuntura social, política e econômica a incidir sobre o território, demonstrando mais uma camada da profundidade das relações raciais no espaço urbano brasileiro.

Em se tratando da Zona Leste de São Paulo, há um incisivo recorte racial a ser feito em toda a discussão das periferias porque a população negra carrega uma perspectiva distinta da não-negra posto que o racismo perpassa pela formação e assimilação do espaço feita pelos indivíduos e pelo poder público. Nesse sentido, existe um planejamento carregado de colonialidade, imperialismo e eugenia (FANON, 1968, p. 28–29; MIRAFTAB, 2016, p. 375), a partir de uma teoria liberal do Estado que deixa de lado as temáticas raciais ao considerar que todos são iguais perante a lei para construção de uma identidade nacional (ALMEIDA, 2019, p. 55–56; MUNANGA, 1999, p. 51–52), de modo a manter a ideologia da democracia racial em consonância com a miscigenação (ALMEIDA, 2019, p. 66; SCHWARCZ, 1994, p. 148).

Cabe resgatar, assim, o que Emerson dos Santos (2019, p. 77 e 84) aponta como a expressão espacial das relações raciais — isto é, compreender que "as relações raciais têm uma organização espacializada, relações raciais grafam o espaço (na forma de quilombos, de toponímias negras, da segregação racial, etc.)." Em outras palavras, o espaço é racializado e este por ser uma combinação de imaginários e narrativas possui o racismo estrutural como um guia para a configuração territorial das cidades.

O espaço compartilhado como uma abordagem econômico-espacial de Milton Santos e as relações raciais grafadas no território

O espaço como categoria de análise desta pesquisa permite um entendimento mais complexificado em relação à maneira como imaginários e narrativas são projetados pelas e em materialidades e ações conectados com o planejamento urbano. Nesse sentido, o espaço tem papel analítico-conceitual importante e entende-se o espaço tal como Milton Santos o concebe, ou seja, como um vínculo mútuo e inseparável entre sistemas de objetos conectados à tecnoesfera e sistemas de ações ligados à psicosfera (reino das ideias, imaginários, crenças, sentidos em circulação). Isto significa depreender o espaço não como uma forma fria e sem vida, senão uma composição acalentada de valores com conteúdo — estabelecendo uma forma-conteúdo:

> Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo. (SANTOS, 2006, p. 109)

Continuamente, essa forma-conteúdo é trabalhada a partir de mais um aspecto adjacente e basilar na compreensão da pobreza urbana em países subdesenvolvidos: a função. Esta é a intencionalidade que molda o planejamento estrangeirizado das cidades (SANTOS, 2003, p. 14–18), com base em uma ideologia inclinada, no caso brasileiro, à colonialidade e ao racismo aliadas à propagação do capital.

> As formas se tornaram instrumentos ideais para promover a introdução do capital tecnológico estrangeiro numa economia subdesenvolvida e para ajudar o processo de superacumulação, cuja contrapartida é a superexploração. *Aqueles países em que isto ocorre têm sua economia distorcida, suas tradições sacrificadas e suas populações empobrecidas*. (SANTOS, 2003, p. 198, grifo nosso)

Nesse sentido, a pobreza nas cidades é engendrada a partir de espaços lentos com agentes, atividades, tecnologias e organização à margem da racionalidade globalizante que atropela a escala local das periferias urbanas. A rapidez com que as dinâmicas territoriais se organizam e se estruturam no espaço determina expressões espaciais distintas. Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006, p. 261–263), os espaços rápidos são aqueles dotados de maior infraestrutura urbana que promovem circulação e mobilidade facilitadas material e socialmente, isto é, tanto os indivíduos quanto bens e serviços não apresentam uma inércia socioeconômica. Certamente, indivíduos mais lentos em espaços lentos estão em oposição a indivíduos em espaços rápidos e, no município de São Paulo, o extremo leste da cidade é caracterizado pela sua lentidão no nexo centro-periferia.

Vale lembrar que centro e periferia não se restringem apenas a um entendimento geográfico através das distâncias (SANTOS, 2007, p. 111–112), mas também é fundamental para o estudo da pobreza urbana considerar a acessibilidade e o racismo marcados no território, pois para Rolnik (2007, p. 79–80) existe uma associação de uma "cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista". Lélia Gonzalez (1984, p. 229–233) mostra como a imagem estigmatizada e negativada do negro e da periferia estão ligadas retomando a teoria aristotélica do "lugar natural" com atenção à diferenciação entre dominador-colonizador e dominado-colono (FANON, 1968, p. 29; SILVÉRIO, 2019, p. 26). Assim, o negro tem seu lugar reservado à margem do plano urbano-social, leiam-se as favelas, cortiços, ocupações, conjuntos habitacionais (GONZALEZ, 1982, p. 15; SILVÉRIO, 2019, p. 29–30), pelos imaginários e práticas que negam a sua urbanidade e existência. Segundo Joel Rufino dos Santos (1984, p. 65), "no Brasil, maltratar os pobres é maltratar pessoas de cor - e ponto final" porque "nos acostumamos a ver, e a tratar, o povo como bichos". Na mesma linha, Alba Zaluar (1994, p. 154, grifo nosso) reafirma esta realidade citadina brasileira:

> De todas essas barreiras, a mais mencionada pelos jovens é a do *preconceito e da imagem negativa dos moradores de locais que são considerados como antros de marginais e de bandidos*. Aqui opera a identificação trabalhador-bandido inversa, pois vem de fora: 'vocês pobres são todos perigosos'.

Desse modo, o favelado é relacionado ao sujo, ao marginal e ao perigoso; por conseguinte, um corpo precarizado que há de ser evitado porque representa uma imagem contrária ao moralismo higiênico das políticas urbanas. Além disso, é tratado como o Outro que é anulado (MELGAÇO, 2010), por um viés urbano escancarador

das desigualdades raciais, um corpo abjeto e precário (FRANGELLA; RUI, 2017, p. 32). Gradualmente, um processo violento de segregação socioespacial e racial é construído, pois os negros são sujeitos descorporificados (RIBEIRO, 2013, p. 31) à contramão de um planejamento atento aos saberes locais (SANTOS, 1999, p. 21–22) das periferias. Portanto, as vivências periféricas têm sua racionalidade negada e sua cultura assimilada à luz de uma construção do outro como não-ser como fundamento do ser (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Dessa maneira, uma abordagem que constrói aproximações e nexos entre a teoria dos circuitos da economia urbana propostos por Milton Santos (2004), o lugar do negro e a Zona Leste de São Paulo, permite uma análise acerca dos pobres urbanos com preceitos multissituados que atingem o cerne da problemática: uma base socioeconômica precarizada e uma modernização seletiva que são expressões, no território, das relações raciais.

Então, pensar o espaço urbano e, consequentemente, a cidade, a partir dos circuitos inferior e superior da economia urbana trata-se de conceber, no planejamento urbano, não apenas aspectos econômicos, mas também resgatar o seu conteúdo histórico, social e político. Além disso, a cidade é analisada como um sistema, sem fragmentações por uma teoria econômica do espaço centrada em compreender as interrelações entre os dois subsistemas do urbano:

> Um destes dois circuitos é o resultado direto da modernização [superior] e diz respeito a atividades criadas para servir ao progresso tecnológico e à população que dele se beneficia. O outro é também um resultado da modernização, mas um resultado indireto [inferior], visto que concerne àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam, ou absolutamente não se beneficiam, do recente progresso técnico e das vantagens a ele ligadas (SANTOS, 2008a, p. 96).

De um lado, o circuito inferior da economia urbana representa espaços de pouco dinamismo econômico, atuando a partir de uma técnica longe da financeirização e informatização exacerbadas. É o lugar da empregabilidade elementar, isto é, possui uma estrutura ocupacional singela com organização incipiente inclinada à normal local pela conformação de uma economia popular. Este circuito é predominante nas periferias, como o caso da Zona Leste, porque estas encontram-se afastadas pelas distâncias geográficas, sociais e econômicas. Então, resulta de uma modernização seletiva e desigual no território. A Zona Leste possui uma dinâmica socioeconômica subalternizada, mas complementar em relação ao circuito superior presente de maneira mais pujante nas regiões do Centro e do Quadrante Sudoeste de São Paulo.

Por outro lado, o circuito superior da economia urbana tem influência direta dos paradigmas da globalização, assim configura um espaço com maior dinamismo e articulações econômicas robustas. O nível de tecnologia se mostra elevado aliado a um capital intensivo regulador do território por uma visão globalizante em

detrimento da escala local. Dessa maneira, "o circuito superior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região" (SANTOS, 2004, p. 48). Como já discutido, a Zona Leste não é um todo constituído de circuito inferior da economia urbana, uma vez que os distritos mais próximos ao centro de São Paulo têm atividades, organização e tecnologia que os caracterizam como parte do circuito superior. Para ilustrar, o distrito do Tatuapé apresenta uma conformação de tecido urbano, social e econômico projetado para uma lógica dominante de produção do espaço urbano com vistas ao capital. Ainda assim, o circuito inferior é mutuamente dependente do superior, assim como a periferia é mutuamente dependente do centro e, para Milton Santos (2004, p. 43, 2008a, p. 100, 2013, p. 49), estes diferem em atividades e agentes com diferentes níveis de tecnologia e organização com padrões de empregabilidade totalmente discrepantes.

A cidade existe a partir de uma periferização racializada, corroborada por uma visão hegemônica e excludente dos mais ricos e brancos — representando o circuito superior vinculado às práticas socioeconômicas — em detrimento dos mais pobres e negros — constituintes em sua maior parte do circuito inferior relacionado à economia popular ou economia invisível dos pequenos (ARROYO, 2017). Assim, ao mesmo tempo,

> os dois circuitos da economia urbana servem para entender a cidade como totalidade, já que eles se relacionam entre si por meio da cooperação, da concorrência e/ou subordinação. Os circuitos superior e inferior interagem e participam do movimento que se desenvolve dentro da mesma cidade: trata-se de um único meio construído, embora desigual e fragmentado, e de um único mercado, embora fortemente segmentado. (ARROYO, 2017, p. 55)

Ao agregar à análise o aspecto racial, observa-se como o circuito inferior se estabelece como um espaço negro ao passo que o circuito superior corresponde aos espaços da população branca. Entretanto, a oposição existente é entre os circuitos e não entre centro e periferia, pois "enquanto certos habitantes das favelas em parte escapam do primeiro circuito, outros que não residem nela, pelo contrário, estão completamente ligados a ele" (SANTOS, 2004, p. 76). Territorialmente, essa diferenciação é delimitada com força, pois grande parte da Zona Leste (região mais afastada do centro como os distritos de Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaquera e José Bonifácio) está ligada às dinâmicas do circuito inferior da economia urbana.

Os distritos de Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaquera e José Bonifácio, localizados na periferia da zona leste de São Paulo, apresentam dinâmicas econômicas que podem ser enquadradas no conceito de circuito inferior da economia urbana, conforme teorizado por Milton Santos (2004). Nesses distritos, observa-se uma prevalência de atividades econômicas caracterizadas por menor intensidade de capital e tecnologia, direcionadas primariamente ao atendimento das necessidades básicas da população local. Esses distritos, com suas dinâmicas econômicas próprias, refletem as desigualdades estruturais do território paulistano,

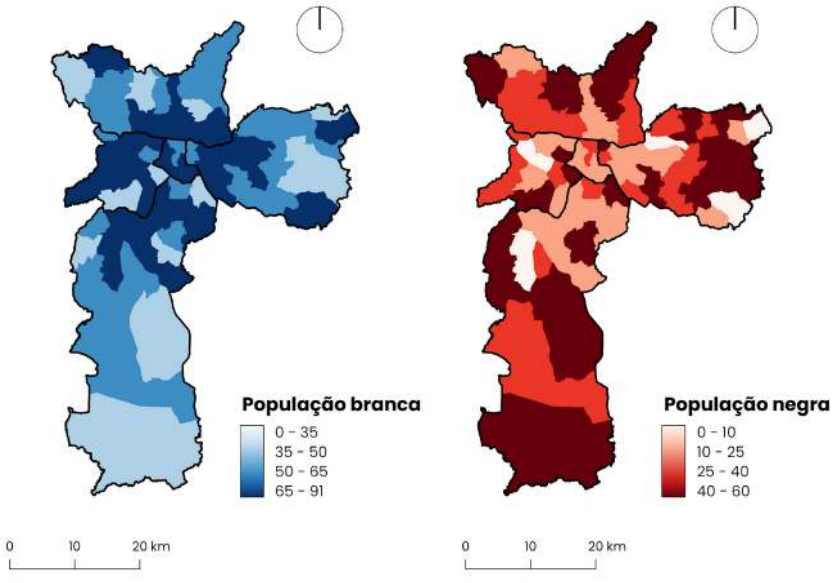
onde o circuito inferior opera paralelamente ao circuito superior mais modernizado, mas com interações e interdependências significativas entre ambos. Essa configuração econômica é um reflexo direto das condições socioespaciais da periferia urbana, onde a falta de investimentos e a marginalização dos serviços mais modernos criam um ambiente propício para o florescimento de atividades econômicas do circuito inferior. Por outro lado, as regiões da Zona Oeste, Sudoeste e Centro mostram uma pujança econômica em paralelo às últimas dadas as imbricações com uma ideologia de crescimento e modernização desatenta e descolada da realidade da urbanização brasileira.

Aproximações e nexos entre pobreza urbana, o negro e a presença do circuito inferior da economia urbana da Zona Leste de São Paulo

Os elos entre os circuitos da economia urbana, as relações raciais e a periferia, em questão a Zona Leste, prescindem de dois entendementos norteadores para a construção de uma leitura crítica das dinâmicas socioeconômicas da região. Em primeiro lugar, o circuito inferior da economia urbana não deve ser assimilado às periferias urbanas e, mais ainda, com as favelas, uma vez que tais espaços não são homogêneos, apresentando diversas camadas sociais e econômicas. Em outros termos, "a favela não reúne todos os pobres de uma cidade e, nem todos os que nela vivem podem ser definidos segundo os mesmo critérios de pobreza" (SANTOS, 2004, p. 74).

Em segundo lugar, é incorreto afirmar que a periferia é a base das relações econômicas na cidade dado a florescência de atividades próprias deste cosmos as quais estão relacionadas com a realidade local e sua lógica de criatividade (SANTOS, 2004, p. 77; 2013, p. 67). A seguir, os Mapas 2 e 3 trazem análises que contribuem para a compreensão e análise dos objetivos aqui propostos.

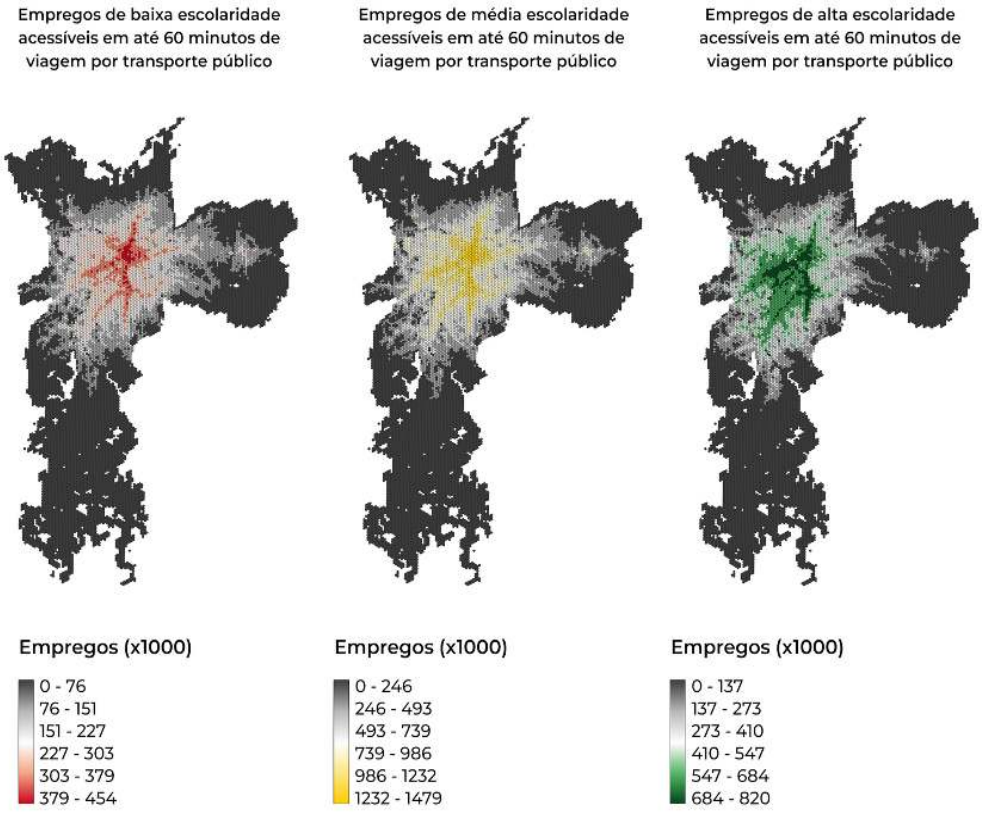
Mapa 2. Concentração da população negra na cidade de São Paulo por subprefeitura.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2010

Com base no Mapa 2, é possível observar as conexões entre raça e território em São Paulo, principalmente quando se vê a maior concentração da população negra (pretos e pardos) nos distritos mais longínquos do centro (Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaim Paulista, São Miguel Paulista, São Mateus, Itaquera e Sapopemba) em relação às centrais (Sé, Pinheiros e Vila Mariana). Dessa maneira, dos 32 distritos com maior concentração de negros, 14 são da Zona Leste, 11 da Zona Sul, 5 da Zona Norte e 1 da Zona Oeste implicando a disparidade sociorracial reforçada no território paulistano e acentuada no leste da cidade. Uma das resultantes é a desigualdade de acesso exposta por Marques (2005, p. 41–43) em dois pontos: (a) acesso ao mercado de trabalho que gera oportunidades diferenciadas ou uma estrutura de oportunidades; (b) acesso às políticas públicas que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana, minimizando a vulnerabilidade.

Mapa 3. Quantidade de vínculos empregatícios formais de baixa, média e alta escolaridade acessíveis em até 60 minutos de transporte público.



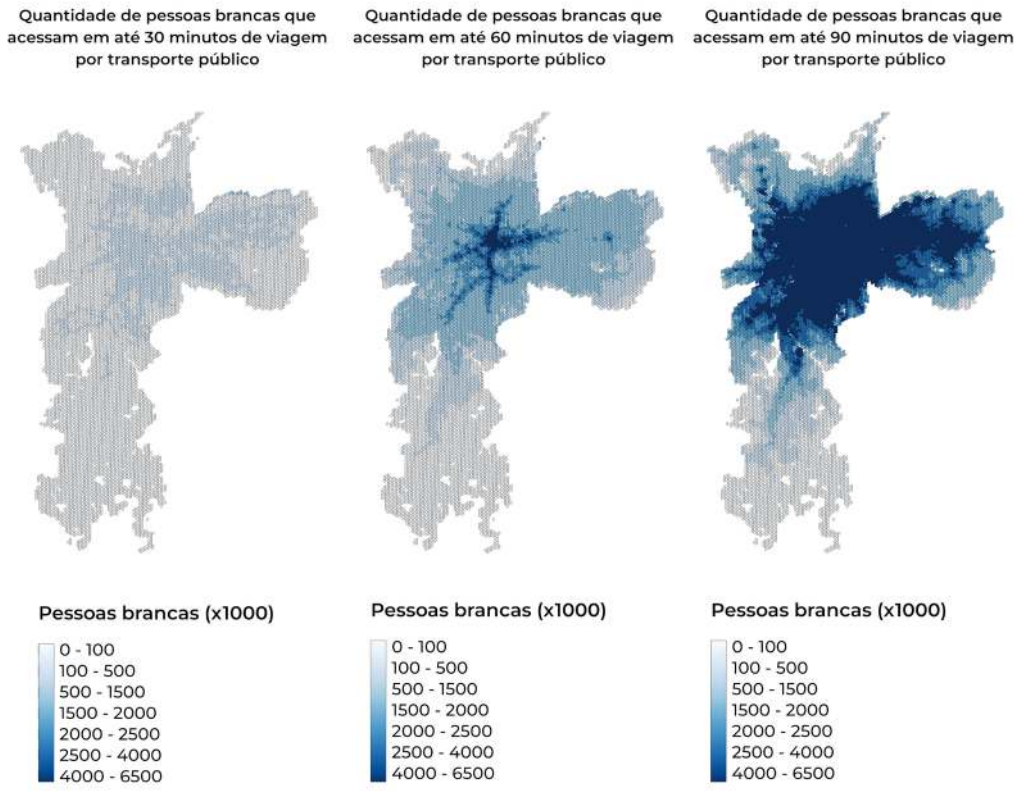
Fonte: Elaborada própria a partir de dados do Ipea de 2019.

Conforme o Mapa 3, observa-se a concentração expressiva de oportunidades de emprego na região central com um espraiamento a norte, sul e oeste. Entretanto, os acessos às oportunidades a leste são baixos, sobretudo os empregos de alta escolaridade, indicando uma disparidade no quesito da empregabilidade entre a Zona Leste e a região central. Destaca-se que há uma mancha de oportunidades nos três níveis de escolaridade na região leste a qual corresponde ao distrito de Itaquera. Ainda assim, "os indivíduos mais diretamente ligados ao circuito inferior não são uma

força de trabalho exclusiva desse circuito. Eles vendem temporariamente ou ocasionalmente sua força de trabalho no circuito superior" (SANTOS, 2004, p. 42).

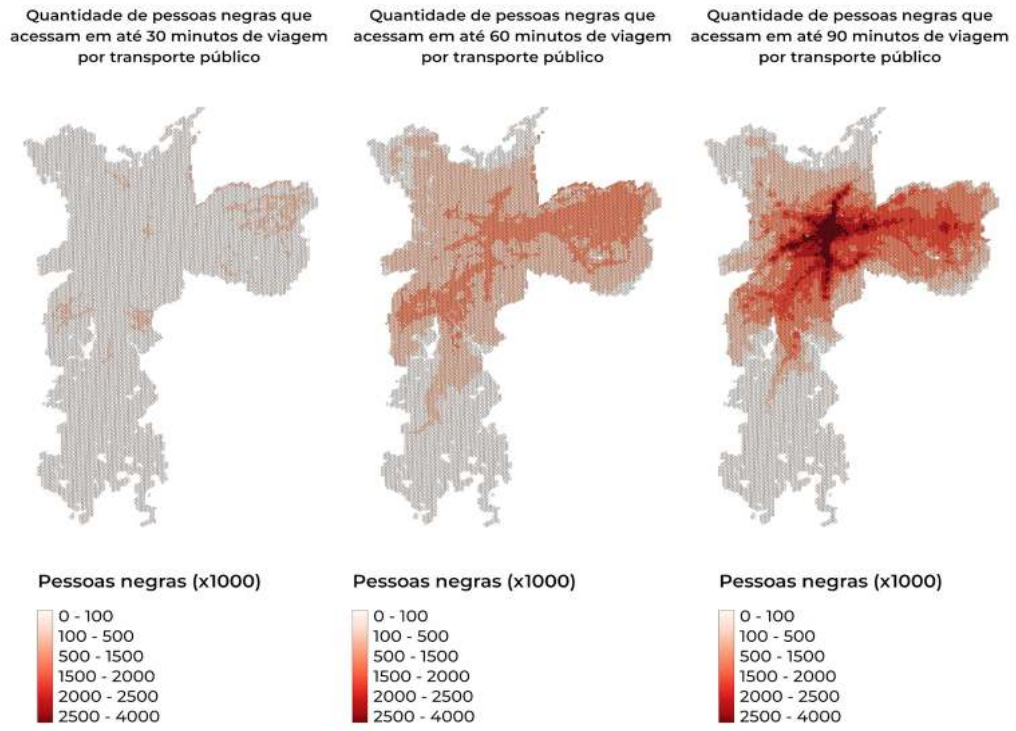
Nota-se que a Zona Leste, um território multifacetado e complexo, não é um todo de circuito inferior uma vez que os distritos mais próximos do centro (Tatuapé e Mooca) possuem atividades econômicas voltadas para um desenvolvimento extracidade e mesmo os espaços enquadrados como sendo do circuito inferior (Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes) têm em si seus circuitos inferiores e superiores em um aprofundamento escalar.

Mapa 4. Quantidade de pessoas brancas que acessam de transporte público por tempo de viagem.



Fonte: Elaborada própria a partir de dados do Ipea de 2019.

Mapa 5. Quantidade de pessoas negras que acessam de transporte público por tempo de viagem.



Fonte: Elaborada própria a partir de dados do Ipea de 2019.

Os mapas 4 e 5 mostram o acesso dos indivíduos negros e brancos em três limites de tempo por transporte público na cidade de São Paulo, em que se observa uma disparidade clara nos acessos sob a questão racial. Dos 30 minutos de viagem aos 60 minutos, verifica-se um acesso maior da população branca às mais diversas regiões da cidade, inclusive a Zona Leste, em comparação à população negra com um acesso mais evidente ao centro. Isso significa que os brancos estão indo mais longe e em mais lugares enquanto a população negra ainda tem um acesso menor à cidade na totalidade.

A dessemelhança do acesso no tempo de 30 minutos de viagem revela a quantidade baixa negros. Salienta-se que o município de São Paulo, possui uma população majoritariamente branca, no entanto, a segregação racial-espacial é patente. Percebe-se, assim, uma relação entre segregação, pobreza e raça contida na produção do espaço, criando uma carga identitária negativa tanto do negro quanto da periferia conforme mostra Campos (2012, p. 98):

> a segregação socioespacial, para além das questões econômicas, tem na produção de valores, nos quais: o estigma, a discriminação, os preconceitos criam impactos negativos na apropriação do espaço urbano e na vida daqueles que são considerados pobres e que vivem nas metrópoles. A metropolização, resultado contínuo da expansão urbana e do desenvolvimento capitalista, produz os seus pobres e os subalternizam diante da produção do espaço urbano.

Historicamente, o pensamento colonial fundamenta uma desigualdade territorial vinculada à raça performada por um planejamento que, conforme Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 62–63), permite a vigilância e um controle da população — em um nexo entre espaços que mandam e espaços que obedecem (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 265). Efetivamente, a periferia racializada se encontra subalterna às regiões centrais de São Paulo em uma série de gradações das dinâmicas socioeconômicas e raciais. Como afirma Fanon (1968, p. 29, grifo nosso):

> A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a médina [árabe], a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade: acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade: de árabes. [...] *Este, mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes.* A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, as enormes diferenças dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas.

A cidade é dividida com base em um viés colonial subalternizante embasada no capitalismo (de classe, de centro-periferia, de organização político-militar, de gênero, de orientação sexual, de religião, de episteme e, em especial, de, de etnia e raça) que modelam a sociedade (EMERSON DOS SANTOS, 2012, p. 41–42), assim como são expressas no espaço em territorialidades, muitas vezes, desconsideradas no planejamento seletivo e "inovador" (EMERSON DOS SANTOS, 2019, p. 82–83; RIBEIRO; GRAZIA, 2012, p. 316–317) que não evidencia a questão racial.

> Nas cidades brasileiras, podemos ver diversas expressões espaciais desta incorporação subalternizante de comunidades negras geradas no passado pelas relações de escravidão ou no processo de extinção do regime escravocrata, o que envolve também aquelas geradas por negros ex-escravos e descentes em migrações internas após a abolição. A segregação, que se materializa na formação de bairros e comunidades, gera também outras expressões espaciais como clubes [...], escolas de samba, entre diversas marcas. Ela aparece também na toponímia que grafa em nomes que remetem à África [...]. e às lutas históricas negras. (EMERSON DOS SANTOS, 2019, p. 87–88, grifo nosso)

Por isso, faz-se necessário que a análise do território e o planejamento territorial do presente considerem as periferias racializadas, bem como sua identidade em sua situação atual, visto que a organização do território é alicerçada em uma

lógica capitalista de produção ligada ao longo prazo. Ccontudo, as periferias têm uma perspectiva a curto prazo, não só pela dimensão econômica, mas no sentido da apreensão do espaço urbano feita pelos indivíduos associados geográfica e categoricamente aos circuitos superior e inferior da economia urbana (SANTOS, 2008a, p. 101).

Desse modo, as relações raciais inscritas no espaço da cidade de São Paulo têm congruências com as dinâmicas, atividades e organização socioeconômica do circuito inferior da economia urbana. Para Milton Santos (2004, p. 42; 2008a, p. 99; 2013, p. 48), a população é um elemento fundante na análise das interações entre os dois circuitos, pois a atividade e o consumo dessa população ligam-se diretamente a um dado circuito. Embora a escravidão não seja mais uma realidade social brasileira, o negro ainda carece de uma integração em uma sociedade baseada no modelo socioeconômico global importado para a realidade paulistana como desvela Florestan Fernandes (2008):

> O liberto [negro] se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Por definição, "os pobres [..] são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade" (SANTOS, 2004, p. 49) e, consequentemente, a população negra se encontra sobrerepresentada nessa afirmação. A economia popular e o potencial criativo de quem sempre está nos transportes públicos da capital, presentes no circuito inferior da economia urbana da Zona Leste, representam, em maior ou menor grau, o lugar do negro, cujos indivíduos são territorial e socioeconomicamente mal integrados pela falta de acesso a oportunidades dignas nas quais a urbanidade negra ainda tenta sobreviver.

Considerações finais

O circuito inferior da economia urbana é amplo em sua existência nas dinâmicas socioeconômicas no espaço urbano, por vezes, ultrapassando a escala do espaço urbano (MONTENEGRO, 2017, p. 368–369; SANTOS, 2004, p. 69–70). No entanto, a Zona Leste de São Paulo é um território diverso posto sua heterogeneidade no tecido urbano-socioeconômico com espaços de maior dinamismo e robustez, respeitando lógicas globalizantes com vistas ao lucro externo, ao mesmo tempo que, possui espaços com uma lentidão e subalternidade em relação aos paradigmas do desenvolvimento urbano. Apesar de haver um circuito inferior na Zona Leste, esta também possui dentro de si mesma outro microcircuito inferior que, independentemente da escala, opera da mesma maneira que o circuito superior para "difundir o modo capitalista de produção entre a população pobre" (SANTOS, 2013, p. 70).

A região leste de São Paulo é, predominantemente, composta pelo circuito inferior da economia urbana e por uma concentração expressiva de negros dependentes do circuito superior. Para deslindar o revés socioeconômico de um espaço "dividido" de um circuito subordinado ao outro, Milton Santos (2013, p. 70, grifo nosso) expõe que

> A eliminação da situação de dependência do circuito inferior em relação ao superior só será possível com uma mudança estrutural. O ideal, seria que '*o circuito inferior se tornasse menos inferior, mas isso só poderia ocorrer se o circuito superior se tornasse menos superior*'. Do contrário, a situação de dependência continuará e até se agravará, embora sob formas diferentes.

A questão racial não se aparta destas relações entre centro-periferia subscritas nos circuitos inferior e superior, pois as atividades e o consumo das populações dão cara para a conformação de cada circuito. A população negra periférica deflagra como o sistema econômico urbano funciona a partir do fundamento da segregação quando estes se veem distantes social, econômica e geograficamente no território paulistano.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARROYO, Mónica. A economia invisível dos pequenos. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio (org.). *Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Série Estudos geográficos. Natal: Edições Sebo Vermelho, 2017. p. 53–62.

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico metodológicas. In: EMERSON DOS, Renato (org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DP et Alii. Brasília: ABPN, 2012. p. 68–104.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

EMERSON DOS SANTOS, Renato. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: EMERSON DOS, Renato (org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DP et Alii. Brasília: ABPN, 2012. p. 36–68.

EMERSON DOS SANTOS, Renato. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. In: BARONE, Ana Cláudia Castilho; RIOS, Flávia (org.). *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2019. p. 77–96.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. O negro na emergência da sociedade de classes. In: *A integração do negro na sociedade de classes : (o legado da "raça branca"). Obras reunidas de Florestan Fernandes.* São Paulo: Globo, 2008.

FRANGELLA, Simone; RUI, Taniele. Corpos precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade. *Política e Trabalho Revista de Ciências Sociais*, v. 47, p. 23–38, 2017.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. Em: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo (Org.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9–66.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223–244, 1984.

HELD, Natália. *Zona leste de São Paulo - um território de contrastes: perspectivas de desenvolvimento urbano e dinâmicas socioeconômicas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) - Universidade Federal do ABC, Santo André, 2016.

MARQUES, Eduardo César. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. Em: MARQUES, Eduardo César; TORRES, Haroldo (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paul: Senac, 2005.

MELGAÇO, Lucas. A cidade e a negação do outro. *ComCiência*, Campinas, n. 118, 2010.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n. 3, p. 363–377, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 3, n. 1, p. 37–54, 2013.

MOTENEGRO, Marina Regitz. Da contiguidade ao alargamento das escalas: topologias do circuito inferior no período atual. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio (org.). *Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Série Estudos geográficos. Natal: Edições Sebo Vermelho, 2017. p. 53–62.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido Malta; ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, CEBRAP, CEM, 2004. p. 124–158.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; BRAGA, Carlos Kauê Vieira; HERSZENHUT, Daniel; TOMASIELLO, Diego Bogado. Estimativas de acessibilidade a empregos e serviços públicos via transporte ativo, público e privado nas 20 maiores cidades do Brasil em 2017, 2018, 2019. *Texto para Discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*, n. 1, p. 2–32, 2022.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Relações raciais*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. In: *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço (Vol. 2)*. Rio de Janeiro: ANPUR : Letra Capital, 2013. p. 29–39.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; GRAZIA, Grazia De. A democratização da vida urbana: cidade e cidadania. In: *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço (Vol. 5)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 311–323.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: EMERSON DOS SANTOS, Renato (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Coleção Cultura negra e identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 75–91.

RUFINO DO SANTOS, Joel. *O que é racismo*? São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15–26, 1999.

SANTOS, Milton et alli. *O papel ativo da Geografia. Um manifesto*. Sala de Estudos Territoriais Brasileiros — Laboplan, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana das países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Mílton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. As diferenciações no território. In: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. p. 259–277.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 20, p. 137–152, 1994. DOI: 10.1590/S0103-40141994000100017.

SILVÉRIO, Valter Robério. Uma releitura do "lugar do negro" e dos "lugares da gente negra" nas cidades. In: BARONE, Ana Cláudia Castilho; RIOS, Flávia (Org.). *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Intermeios, FAPESP, 2019. p. 23–48.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Agradecimentos

Pesquisa elaborada e financiada no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIC) da Universidade Federal do ABC.

Approaches to peripheralization, urban economy and racial relations in the East Zone of São Paulo

This article has the purpose to study the dynamics of the lower circuit of the urban economy based on miltonian spatial economics theory by understanding the complementarity between the two circuits that define the totality of the city in the center-periphery relationship. Furthermore, we observe the spatial expressions of racial relations in the municipality of São Paulo from a decolonial perspective in parallel with an understanding of the uses of territory marked by urbanization based on technological modernization and social, economic and geographic segregation, engendering a lack of access to employment and urbanity. Therefore, we analyze the territorial links between urban poverty, peripheralization and racial relations from a perspective focused on the East Zone of São Paulo.

KEYWORDS: East Zone of São Paulo, inferior circuit, spacial expressions of race relations, peripheralization, coloniality.

Aproximaciones entre periferización, economía urbana y relaciones raciales en el territorio de la Zona Este de São Paulo

La información se presenta como elemento fundamental para entender el periodo actual. Entre sus diversas formas están las informaciones noticiosas, que participan activamente en el proceso de globalización y son dinamizadas en gran medida por las grandes agencias transnacionales, que colectan y difunden noticias en todo el mundo. El artículo explora el papel de una de estas agencias, France-Presse, investigando sus operaciones en Brasil, donde mueve un circuito considerable. Por medio de un enfoque geográfico, tratamos de comprender cómo se dan sus flujos de información y cuál es la posición de Brasil frente a ellos, contribuyendo al debate sobre la concentración y el control de la información.

PALABRAS CLAVE: información, agencias de noticias, territorio brasileño, comunicación, France-Presse

Artigo recebido em maio de 2023. Aprovado em novembro de 2023.